


Artigo original

Tomar o Decolonial para colonizar: a África entre os Estudos da Antiguidade e Medievais a partir da BNCC de 2017

Taking the Decolonial to colonize: Africa between Antiquity and Medieval Studies from the BNCC of 2017

¿Qué sabemos sobre las solicitudes de información pública realizadas sobre la cuestión racial?: Un análisis sobre Brasil y Estados Unidos

Rodrigo Castro Rezende^{1*} , Felipe Silveira de Oliveira Malacco² 

1, 2. Universidade Federal Fluminense , Niterói (RJ), Brasil.

* Autor correspondente: rcrezende@id.uff.br

Citação: REZENDE, Rodrigo Castro; MALACCO, Felipe Silveira de Oliveira. Tomar o Decolonial para colonizar: a África entre os Estudos da Antiguidade e Medievais a partir da BNCC de 2017. **Revista Triângulo**, v. 18, n. 00, p. e025003, 2025. DOI: [10.18554/rt.v18i00.8091](https://doi.org/10.18554/rt.v18i00.8091).

Recebido: 29 dez. 2024

Aceito: 09 mai. 2025

Publicado: 31 dez. 2025

Resumo: Este artigo analisa os cursos de graduações de bacharelado e licenciatura em História das Instituições de Ensino Superior Federais do Sudeste brasileiro (IESFs-SE), enfatizando as disciplinas de África e fomentando um perfil geral das grades, que seguem a periodização de origem francesa. Demonstra os avanços dos Estudos Africanos no país e seu crescimento após Lei 10.639/03 *vis-à-vis* com a conturbada BNCC de 2017, para os Estudos da Antiguidade Clássica e Medievais, em que essas subáreas da História foram quase extintas dos currículos nacionais. Por último, será colocado em apreço como os pesquisadores de Antiga e Medieval tiveram que repensar suas próprias pesquisas, inserindo os Estudos Decoloniais e fazendo referências à África em seus trabalhos. Isso acabou, no entanto, impactando os Estudos Africanos, uma vez que essa África retratada é, não raras vezes, homogênea e de tempo universalizado. Com isso, buscou-se demonstrar que estes pesquisadores ainda precisam se aprofundar mais nos debates sobre o continente africano, sobretudo, os feitos pelos “pensadores africanos e africanistas” atuais.

Palavras-chave: BNCC de 2017. Estudos Africanos. Estudos da Antiguidade e Medieval. Estudos Decoloniais.



Abstract: This article analyzes the undergraduate and graduate courses in History at the Federal Higher Education Institutions of Southeastern Brazil (IESFs-SE), emphasizing the subjects of Africa and promoting a general profile of the grids, which follow the periodization of French origin. It demonstrates the progress of African Studies in the country and its growth after Law 10.639/03 *vis-à-vis* the troubled BNCC of 2017, for Classical Antiquity and Medieval Studies, in which these sub-areas of History were almost extinguished from national curricula. Finally, we will look at how Ancient and Medieval History researchers have had to rethink their own research, inserting Decolonial Studies and making references to Africa in their work. However, this has had an impact on African Studies, since the Africa portrayed is often homogeneous and of a universalized time. The aim was to demonstrate that these researchers still need to delve deeper into the debates on the African continent, especially those made by current “African thinkers and Africanists”.

Keywords: BNCC of 2017. African Studies. Ancient and Medieval Studies. Decolonial Studies.

Resumen: Este artículo analiza los cursos de grado de licenciatura y bachillerato en Historia en las Instituciones de Educación Superior Federales del Sudeste de Brasil (IESFs-SE), enfatizando las asignaturas de África y fomentando un perfil general de los planes de estudio, que siguen la periodización de origen francés. Muestra los avances de los Estudios Africanos en el país y su crecimiento después de la Ley 10.639/03 en relación con la controvertida BNCC de 2017, para los Estudios de la Antigüedad Clásica y Medieval, en los que estas subáreas de la Historia fueron casi eliminadas de los currículos nacionales. Por último, se resaltaré cómo los investigadores de Antigüedad y Edad Media tuvieron que replantear sus propias investigaciones, incorporando los Estudios Decoloniales y haciendo referencias a África en sus trabajos. Esto terminó, sin embargo, impactando los Estudios Africanos, ya que esa África representada es, no pocas veces, homogénea y de tiempo universalizado. Con esto, se buscó demostrar que estos investigadores aún necesitan profundizar más en los debates sobre el continente africano, sobre todo, los realizados por los “pensadores africanos y africanistas” actuales

Palabras clave: BNCC de 2017. Estudios Africanos. Estudios de la Antigüedad y Medieval. Estudios Decoloniales.

1. Introdução

No presente artigo, pretendemos abordar o crescimento dos estudos africanos no Brasil a partir de três análises: demonstrar e discutir os currículos dos cursos de História (Bacharelado e Licenciatura) nas Instituições de Ensino Superior Federais no Sudeste brasileiro (IESFs-SE); debater a tentativa de se retirar História Antiga e Medieval da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2017, assim como o avanço para uma visão mais africana e decolonial do currículo, que questionou a periodização quadripartite francesa e eurocêntrica dos currículos em paralelo à tendência de aumento dos estudos africanos no país; e examinar os impactos disso nos estudos africanos, já que alguns pesquisadores da Antiguidade Clássica e da Idade Média foram atraídos pelas análises sobre a África, especialmente em um viés decolonial, pan-africanista, etnofilosófico e afrocentrico ou afrorreferenciado.

Com isso, por um lado, termos como África Antiga e África Medieval aparecem nos estudos abordados de forma banalizada. Por outro, também há afirmações de que havia uma África Antiga ou Medieval. Nessas construções, há um princípio homogenizador e generalista dos povos do continente africano, que, em última instância, acabam por deformar as realidades das pessoas de África, que viveram em um passado longínquo.

2. Os currículos dos cursos de História nas Instituições de Ensino Superior Federais no Sudeste brasileiro

Nas escolas de todo o Brasil, as crianças aprendem que toda a construção social, material, cultural, jurídica, mental etc. feitas pelas sociedades humanas podem ser analisadas a partir das categorias tempo e espaço. De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o conteúdo

relativo aos períodos históricos é apresentado no 6º Ano, na Unidade Temática “História: tempo, espaço e formas de registros”, cujos objetivos são “A questão do tempo, sincronias e diacronias: reflexões sobre o sentido das cronologias; Formas de registro da história e da produção do conhecimento histórico; e As origens da humanidade, seus deslocamentos e os processos de sedentarização”. Em termos de habilidades, têm-se as que vão de “EF06HI01” até “EF06HI06”: “noção de tempo”, “saber histórico” e “significado das fontes”, dentre outrasⁱ.

Esse entendimento sobre o tempo histórico, deve-se a arbitrariedade dos historiadores ocidentais, que o dividiram em períodos ou eras, organizando-o em um sistema quadripartite (Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea) de forma universal e escatológica, mas que é, na verdade, um modelo intelectual imperialista e eurocêntrico, pois desconsiderou as experiências de outros povos para além da Europa Ocidental, adotando marcos de rupturas baseados em eventos desse continente apenas (Chesneaux, 1995, p. 92-97; Oliveira; Miranda, 2014, p. 7-10).

O corolário disso é que as matrizes curriculares dos cursos de História das IESFs-SE, mas acreditamos que essa afirmativa seja válida para o restante das do país, adotaram essa mesma divisão em suas estruturas. Na Tabela 1 abaixo, está distribuída as disciplinas obrigatórias dos cursos de bacharelado e licenciatura em História das IESFs-SE.

Antes de analisar a Tabela 1, gostaríamos de explicar alguns pontos, que se refletem na fomentação da tabela e das análises vindouras. Em primeiro lugar, para o levantamento das disciplinas de cada uma das graduações listadas abaixo, tivemos que utilizar os Projetos Políticos Pedagógicos, Matrizes Curriculares e Horários encontrados na internet.

Com isso, é possível que tenha algumas informações equivocadas e/ou ultrapassadas; segundo, sempre que houve o mesmo curso ofertado em mais de um turno, optamos por analisar as disciplinas do curso noturno, já que boa parte das licenciaturas está alocada à noite; terceiro, não inseri as disciplinas optativas pela multiplicidade de temas e de nomenclaturas, o que tornaria complexo sua distribuição nos grupos pré-estipulados. Obviamente, isso tem um certo impacto na tabela abaixo, pois não refletem a quantidade exata de disciplinas de qualquer área a ser ou que foi ofertada.

Contudo, a retirada dessas disciplinas ameniza a distorção, já que algumas graduações, como as da UFES e da UFF (Campos), têm uma quantidade espantosa de optativas, inclusive no caso dessa última instituição, o quantitativo de optativas chega a ser superior ao número de obrigatórias; quarto, alguns cursos apresentam apenas graduações de licenciaturas em História (Unifal, UFU, UFTM e UFVJM), fazendo com que a quantidade final de disciplinas obrigatórias de licenciatura seja 157 a mais que a do bacharelado. Por último, separamos as disciplinas em três grupos (Períodos, Temáticas e África) para demonstrar como há uma preocupação dos cursos, seja bacharelado ou licenciatura, com a divisão quadripartite, enquanto a África aparece de forma secundária. Em relação ao grupo de “Temáticas”, nos bacharelados destaquei as disciplinas de teoria, ao passo que nas licenciaturas, as de ensino.

Porém, nas licenciaturas há teoria, que foram alocadas no grupo de “Demais”. Esse grupo é formado por disciplinas obrigatórias que nem sempre se encontram em todas as graduações e são, na maioria das vezes, específicas de algumas. A título de exemplo, cito o caso da disciplina de “Fontes Judiciais: Métodos e Problemáticas”, da graduação em bacharelado em História da UFSJ, que é exclusiva dessa graduação.

Tabela 1: Distribuição das disciplinas obrigatórias por grupos (Períodos, Temáticas e África) nos cursos de História (Bacharelado e Licenciatura) das IESFs-SE

Bacharelado												
Instituições	Períodos					Temáticas					África	Total (N)
	Antiga	Medieval	Moderna	Contemporânea	Total	Teoria	América	Brasil	Demais	Total		
UFES	01	01	01	01	04	03	02	04	06	15	01	20
UFJF	01	01	02	02	06	04	03	06	10	23	01	29
UFMG	01	01	01	02	05	07	02	04	07	20	01	26
UFOP	01	03	01	03	08	05	03	07	09	24	01	33
UFSJ	01	02	02	03	08	05	04	04	10	23	02	33
UFV	01	01	02	02	06	06	03	04	10	23	02	31
UNIRIO	02	02	03	05	12	09	03	08	05	25	01	38
UFRRJ	02	02	02	02	08	03	03	04	11	21	01	30
UFRJ	02	02	02	02	08	03	03	04	06	16	01	25
UFF (Niterói)	01	01	01	02	05	03	03	03	15	24	02	31
UFF (Campos)	01	01	01	01	04	03	02	03	05	13	01	18
UNIFESP	01	02	02	03	08	04	02	04	12	22	01	31
Total	15	19	20	28	82	55	33	55	106	249	15	346
Licenciatura												
Instituições	Períodos					Temáticas					África	Total (N)
	Antiga	Medieval	Moderna	Contemporânea	Total	Ensino	América	Brasil	Demais	Total		
UFES	01	01	01	01	04	19	02	04	14	39	01	44
UNIFAL	02	02	02	03	09	12	03	06	09	30	02	41
UFJF	01	01	02	02	06	23	03	06	10	42	01	49
UFMG	01	01	01	03	06	18	02	04	07	31	01	38
UFOP	02	02	02	02	08	12	03	07	13	35	01	44
UFSJ	01	01	02	02	06	10	04	04	16	32	03	43
UFU	01	01	01	02	05	10	02	06	14	32	01	38
UFV	01	01	02	02	06	10	03	04	11	28	02	36
UFTM	01	01	01	01	04	14	02	05	09	30	01	35
UFVJM	01	01	01	02	05	17	04	05	05	31	01	37
UNIRIO	02	02	04	03	11	10	04	08	15	37	01	49
UFRRJ	02	03	02	03	10	14	04	05	12	35	01	46
UFRJ	02	02	02	02	08	14	03	04	09	29	01	38
UFF (Niterói)	01	01	01	02	05	12	03	03	16	34	02	41
UFF (Campos)	01	01	01	01	04	11	02	03	07	23	01	28
UNIFESP	01	02	02	03	08	09	02	04	08	23	01	32
Total	21	23	27	34	105	215	46	78	175	511	21	639

Fonte: Ver notasⁱⁱ.

A Tabela 1 demonstra que das 346 disciplinas obrigatórias dos cursos de Bacharelado em História das IESFs-SE, 82 são destinadas a divisão quadripartite; as “Demais” possuem um total de 106 disciplinas; Teoria e Brasil têm 55 cada; América é desenvolvida por 33 disciplinas; e África ocupa o último lugar com 15 cadeiras. Nas licenciaturas, o padrão é o mesmo, com a diferença de que as disciplinas destinadas ao ensino detêm um pouco mais de um terço (215) das 639 disciplinas. Ainda assim, História da África aparece como uma matéria secundária nos currículos do Sudeste brasileiro.

Outro dado importante é que das 985 disciplinas obrigatórias que compõem as grades dos cursos de Bacharelado e Licenciatura em História das IESFs-SE, apenas 36 são dedicadas à História da África, o que significa apenas 3,65% do total. Só para se ter uma ideia, o quantitativo de disciplinas obrigatórias de África é idêntico ao de Antiga e inferior ao de Medieval, duas das disciplinas que quase foram extintas nas discussões do BNCC em 2015 (Lima, 2019).

É claro que isso tem um impacto decisivo no conteúdo dessa disciplina, sobretudo, quando se pensa na Lei 10.639/03 e sua importância para se entender a História do Brasil, das Américas e da própria África. Obviamente, não analisamos as ementas das disciplinas como um todo, em que a *práxis*

de sala de aula, a depender do conteúdo e da forma como é ministrada pelo professor, poderia mitigar essa discrepância. Por exemplo, uma disciplina de moderna mais “afrocentrada” poderia ter um alento positivo em termos do conteúdo de África. Com relação a Lei 10.639, diz Cinthia Nolácio de Almeida Maia (2024, p. 53):

A Lei nº 10.6392 foi criada em 09 de janeiro de 2003, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei 9.394/96)³, incluindo os artigos 26 –A e 79 -B, tornando obrigatório o ensino das histórias e culturas africanas e “afrobrasileiras” nos currículos escolares. Como desdobramento, foram homologados o Parecer CNE CP nº 003/ 20044, de 19 de maio de 2004 e a Resolução nº 01, de 17 de junho de 20045, instituindo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino da História e Cultura Afrobrasileira e Africana (DCNERER), cujos objetivos foram a institucionalização da implementação da educação das relações raciais e a maximização do cumprimento da Lei.

Assim, considerando todas as Leis, Pareceres e Diretrizes citadas por Maia, tanto África, como a cultura afrobrasileira, mas também as Relações Étnico-Raciais para o Ensino da História e da Cultura afrobrasileira e africana deveriam aparecer de forma mais preponderante entre as disciplinas obrigatórias dos cursos de bacharelado e licenciatura em História, mas o que acontece não é bem assim. De pronto, podemos também inferir que essas demandas são minimizadas pela existência de disciplinas optativas com esses conteúdos. Porém, não temos como mensurar até que ponto os estudantes são obrigados a se matricular em essas matérias, transformando-as, como diz o refrão estudantil, em “optatórias”.

Além disso, se há um baixo percentual destinado à História da África, em termos de disciplinas obrigatórias, para as Relações Étnico-Raciais, Cultura Afrobrasileira e congêneres a situação se transforma em algo extremamente precário. Não existe uma única disciplina com esse título nos cursos de bacharelado em História e, nos de licenciatura, aparecem “Educação e Relações Étnico Raciais”, de 60h, na UFSJ; “Cultura Afro-brasileira”, com 60 horas, na UFU; na UFRRJ, há a “Educação e Relações Étnico-Raciais na Escola”, com apenas 30h destinadas à disciplina, que é externa; e, do mesmo modo, ou seja, disciplina externa, aparece a “Relações étnico-raciais e direitos humanos”, de 60 horas, na UFRJ. Ou seja, das 985 disciplinas obrigatórias do Sudeste, tão somente quatro matérias são destinadas a esse conteúdo e, mesmo assim, duas pertencem a outros departamentos. Isso significa dizer que as disciplinas destinadas as Relações Étnico-Raciais, Cultura Afrobrasileira e afins somam 0,41% do total das matrizes curriculares dos cursos de bacharelado e licenciatura em História do Sudeste, e da licenciatura chegam a 0,63%.

Nesse ponto, deixamos claro ao leitor e a leitora que não fizemos um estudo sobre as ementas e nem da prática docente em sala de aula, em que poderiam aparecer esse conteúdo, uma vez que o mesmo é transversalⁱⁱⁱ; e tampouco nos interessou tecer críticas às matrizes curriculares expostas no artigo, sobretudo em contextos em que as IESFs do país têm passado por seguidos cortes e contingenciamentos orçamentários, mas a nossa intenção foi a de constatar como ainda hoje esses conteúdos estão ainda em plano secundário nos currículos.

Na verdade, o caminho até se conseguir inserir a obrigatoriedade de História da África no BNCC e, até mesmo, a existência de disciplinas dessa subárea nos currículos das graduações em História, seja em bacharelado, seja licenciaturas ou em ambas, foi obtida através de duras lutas que ocorreram ao longo do século XX, movidas mormente pelo Movimento Negro. Conforme salienta Nilma Lino Gomes, este movimento social ressignificou e politizou a raça e, dentre suas várias áreas de atuação, a educação

em geral e a necessidade de uma modificação curricular que atendesse os elementos da história e cultura africana e afrobrasileira em específico, foi um campo privilegiado de ação (Gomes, 2017).

É interessante notar também que no período de discussões do BNCC (2015-2017), duas outras subáreas da História, muito bem consolidadas até então, quase que desapareceram: Antiga e Medieval, com as outras duas componentes do “quadripartismo” (Moderna e Contemporânea) ficando em posição fragilizada. Foi nesse contexto que a História eurocêntrica foi repensada e a ênfase sobre a África avançou vertiginosamente. Do mesmo modo, esse momento marca o início do uso da África em subáreas que pouco a discutiam, como: Antiga e Medieval, principalmente a segunda.

3. When overlords turn into helpless and the otherwise around

Os estudos sobre a África, os africanos e os afrobrasileiros aparecem no Brasil a partir do final do Oitocentos e início da centúria seguinte, mas que foram se alterando no decorrer do último século até desembocar no cenário atual. Mariana Schlickmann (2016, p. 35-57) divide esse processo em quatro momentos: final do XIX e início do XX, os anos de 1960, a década de 1970 até meados de 1980 e daí em diante. No primeiro momento, Carl von Martius e Francisco Adolfo Varnhagen teceram observações minimalistas sobre a participação dos africanos na constituição da história do Brasil, fomentando uma narrativa extremamente eurocêntrica.

Décadas depois, autores como Nina Rodrigues, Arthur Ramos e Gilberto Freyre demonstraram a participação dos africanos na formação do país, mas, muitos deles, colocaram essa atuação como justificativa para o atraso brasileiro ou, quando muito, analisaram a população negra a partir de uma posição subserviente e secundária; a década de 1960, entretanto, garantiu o início da institucionalização dos estudos africanos e de pesquisas sobre a África propriamente dita, destacando os estudiosos: Adolpho Justo Bezerra de Menezes, Eduardo Portella e José Honório Rodrigues. Nesse ponto, cabe sublinhar o livro desse último autor, “Brasil e África: outro horizonte – volumes 01 e 02”, que, ao contrário de Freyre, demonstrou que a contribuição africana na constituição do Brasil foi superior à portuguesa.

Além disso, nessa mesma década, 17 países africanos se tornaram independentes, o que fez com que a UNESCO declarasse 1960 como o “Ano da África”. Isso teve reverberações de várias naturezas: no governo de Jânio Quadros, em 1961, houve aproximações com o continente africano e as criações dos primeiros centros de pesquisas no país; nas décadas de 1970 e 1980, com esforços do Movimento Negro Unificado (MNU) atrelado às lutas por igualdade racial nos EUA, o Pan-africanismo e a Negritude, que serviam de combustível, é que a África começa a (res)surgir no palco acadêmico brasileiro^{iv}.

Com a abertura democrática brasileira da década de 1980, a historiografia passou por uma verdadeira revolução, incluindo os estudos africanos, que oportunizou a abertura de novos cursos de pós-graduações *stricto sensu* e consolidou os mais antigos. Soma-se a isso, o fato de os movimentos sociais ganharem grande força na política do país e obras de vários autores foram traduzidas para o português (Thompson, Benjamin, Foucault, Stuart Hall e outros), havendo a primeira dissertação em História da África defendida, com um aumento vertiginoso de monografias sobre a temática (Schlickmann, 2016, p. 58-68).

Resumindo, foi na década de 1980 que a África de fato adentra nos portões universitários para não mais sair. Contudo, ainda estava longe de ser um campo consolidado, o que parece ter começado a ocorrer apenas em 2003, com a Lei 10.639. Essa Lei é o resultado de esforços de décadas do MNU, que desde a 1980's estava denunciando a invisibilidade da África, as exclusões do negro no território

nacional e o “racismo epistemológico” existente na sociedade (Maia, 2024, p. 58-60). Com a sanção da Lei mencionada houve um *boom* de estudos sobre a África no Brasil e a direção de que essa subárea da História é multidisciplinar (Ferreira, 2010, p. 74-76).

No ano seguinte, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCNERER) foram instituídas pelo Conselho Nacional de Educação, cuja homologação já havia ocorrido pelo MEC meses antes^v. Logo em seu Art. 1º, § 1º está escrito que: “As Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP3/2004”^{vi}.

Dentre os “termos explicitados no Parecer CNE/CP3/2004” destinados à Educação Infantil, Fundamental, Média, de Jovens e Adultos e Superior, gostaria de destacar os seguintes: “Registro da história não contada dos negros brasileiros”, “Introdução, nos cursos de formação de professores e de outros profissionais da educação: de análises das relações sociais e raciais no Brasil”, “Inclusão, respeitada a autonomia dos estabelecimentos do Ensino Superior, nos conteúdos de disciplinas e em atividades curriculares dos cursos que ministra, de Educação das Relações Étnico-Raciais, de conhecimentos de matriz africana e/ou que dizem respeito à população negra” e a “Inclusão de bibliografia relativa à história e cultura afro-brasileira e africana às relações étnico-raciais, aos problemas desencadeados pelo racismo e por outras discriminações”^{vii}.

Cabe mencionar ainda que, entre o final da década de 1990 e início dos anos 2000, duas correntes teóricas se consolidam e auxiliam na implementação dos estudos africanos no Brasil: o decolonialismo/pós-colonialismo e o afrocentrismo. O primeiro corresponde a uma virada epistemológica denunciando o colonialismo da Ciência Ocidental, buscando reinterpretar o mundo também com as epistemologias dos oprimidos. Nesse espectro, os estudos decoloniais procuram romper com as noções de um único conhecimento válido, da escatologia temporal, da classificação social, do universalismo e do globalismo, e da produtividade (Quijano, 2000; Mignolo, 2000; Santos, 2019; dentre outros).

Já o afrocentrismo coloca a África como o centro de conhecimento, invertendo o fluxo epistemológico do Ocidente para o Mundo, mas do continente africano para a Europa e, então, para o restante do globo. Com isso, alguns dos avanços científicos e pensamentos filosóficos são originários dos povos da África, que foram outorgados pelo e ao Ocidente no discurso imperialista do século XIX (Asante, 1998; Bernal, 1987). Desse modo, o decolonial com sua interpretação pelo ponto de vista dos oprimidos e o afrocentrismo que insere a África como centro do conhecimento se auxiliam e potencializam ainda mais os Estudos Africanos e as Relações Étnico-Raciais no Brasil. Além disso, vários autores africanos começam a aparecer nos trabalhos acadêmicos dos anos 2000 pra cá com maior vigor: Achille Mbembe, Valentim Yves Mudimbe, Kwame Anthony Appiah, Severino Elias Ngoenha, José P. Castiano, Elikia M'Bokolo, Paulin Hountondji, só para citar alguns nomes, tornando impossível um artigo passar pelo crivo dos avaliadores de revistas sérias sem citar alguns desses pesquisadores e outros.

Com isso, percebemos que os dados retirados na Tabela 1 são, na verdade, reverberações das discussões feitas acima. Ainda que História da África, foco do presente estudo, apareça de forma tímida nos currículos dos cursos de graduações em História das IESFs-SE ainda hoje, as conquistas só foram possíveis graças a intensas lutas de décadas, muitas vezes, inundadas de mudanças políticas no Brasil e no exterior, e por alterações epistemológicas drásticas. Em termos políticos e acadêmicos, a África ganha poder, o que faz com que a utilizar nos trabalhos científicos dê importância, relevância e respaldo aos mesmos.

O decolonial/pós-colonial e o afrocentrismo acabaram provocando impactos negativos, no entanto, em especial nos Estudos Medievais e nos da Antiguidade, sendo mais perceptível no primeiro. Os Estudos Medievais, de acordo com Renan Marques Birro (2020), nasceram no Brasil em uma conjuntura em que a França tinha um projeto imperialista, o qual a Idade Média era útil ao nacionalismo do final do século XIX e início do XX. No Brasil, George Dumas ficou encarregado de fazer o colonialismo epistemológico francês ser triunfante, operando na fomentação de Instituições de Ensino, como a USP, por exemplo, e oferecendo bolsas de estudos. O corolário disso foi que o medievalismo brasileiro inicial seria um subproduto do francês.

Malgrado os estudos medievais brasileiros sejam antigos, sua institucionalização ocorreu de fato em meados de 1990's com a fundação da Associação Brasileira de Estudos Medievais (ABREM), segundo informado por Mário Jorge da Motta Bastos (2016). De acordo com esse mesmo autor, a USP foi a primeira instituição a ter História Medieval em seu currículo no longínquo ano de 1934 (isto é, quase 30 anos antes da História da África, como visto acima); as primeiras teses datam da década de 1940; e os estudos ganharam grande fôlego e se ampliaram, a partir da década de 1960, em meio aos conflitos pela terra no país e o golpe empresarial-militar de 1964, havendo o alavancamento dos estudos medievais mediante a formulação da tese de que os latifúndios expressavam o "feudalismo brasileiro".

Vinte anos depois, teríamos uma "nova missão intelectual francesa chegada ao Brasil", com traduções de editoras portuguesas de livros de autores, como: Georges Duby, Jacques Le Goff, Emmanuel Le Roy Ladurie e outros, o que suscitou uma busca dos estudantes pelos estudos medievais, facilitando a instalação de programas *stricto sensu* nessa subárea da História e contribuindo para a ascensão do medievalismo nas academias brasileiras.

É importante salientar que, ao cotejar os caminhos trilhados pela História da África e da História Medieval do início do século XX até a primeira metade dos anos 2000, seguiram caminhos praticamente opostos. As primeiras teses em África aparecem quase três décadas depois em Idade Média; a existência de disciplinas nos cursos de graduações é extremamente díspar. Enquanto a primeira cadeira em História Medieval aparece já antes da Segunda Guerra Mundial, as de África são, em um cenário nacional, efetivadas apenas após a sanção da Lei 10.639 em 2003, embora já existissem alguns esforços solitários na década de 1990, isto é, com praticamente 70 anos de diferença; e, no que tange as Relações Étnico-Raciais e Estudos Africanos, há apenas um programa de pós-graduação especializado nos temas que é o PósAfro, da UFBA, fundado em 2008, enquanto os da UFF e da UFRJ, em História Medieval, datam da década de 1980.

Contudo, a partir de 2015 houve uma mudança de clivagem e ao passo que os Estudos Africanos e as Relações Étnico-Raciais ganham cada vez mais espaço nas academias, na BNCC, Capes e CNPq, os Estudos Medievais sofrem um duro golpe, com o seu símbolo máximo ocorrendo nas discussões da BNCC entre 2015 e 2017, quando inicialmente seriam retirados do documento. Douglas Mota Xavier de Lima (2019) informa que, na primeira versão do BNCC de 2015, "a história da Antiguidade e da Idade Média [estavam] ausente[s], e a história da Idade Moderna e da Idade Contemporânea sub-representadas", o que fez com que 11 professores universitários do Rio de Janeiro tecessem críticas ao documento, informando que "a exclusão do conhecimento dos processos históricos europeus desde a antiguidade até o período da expansão ultramarina portuguesa [...] nos deixará sem ferramentas para sua crítica".

Essa manifestação foi seguida das do GT de História da África da Anpuh e da Associação Brasileira de Estudos Africanos (ABE-África) por privilegiar "[...] as noções de estado e formações políticas centralizadas e hierarquizadas", pois trataria da "[...] África pelas relações estabelecidas por

meio dos nexos com a História do Brasil, isto é, uma África restrita aos espaços de intervenção de portugueses e brasileiros e, notadamente, ao tema do tráfico de escravos” (Lima, 2019, p. 3).

Nessas duas declarações ficam latentes três posicionamentos interessantes: 1 – os 11 docentes universitários adotam o viés de que Antiguidade e Medieval são subáreas que tratam da Europa; 2 – o GT de História da África e a ABE-África tratam a História a partir da divisão quadripartite e universal, o que é igualmente eurocêntrico; e 3 – os profissionais ocupados em formular o BNCC só conseguiram romper com a narrativa histórica universalista e eurocêntrica retirando a divisão quadripartite, sobretudo, os conteúdos de Antiga e Medieval. Esse posicionamento se relaciona com as Leis 10.639/03 e 11.645/08,

Ao buscar romper com a visão quadripartite de história, a versão acaba por excluir a Antiguidade, o Medieval e parte considerável do mundo moderno, centrando a atenção no Brasil e tendo como ponto de partida o início da colonização. Esse impasse expressa uma das questões centrais colocadas à área de História Antiga e História Medieval no Brasil, isto é, considerando pertinente a crítica ao modelo quadripartite [...] (Lima, 2019, p. 5-6).

A segunda versão da BNCC feita em 2016, acaba retornando as abordagens anteriores do medieval, ao passo que a terceira e definitiva, de 2017, tratou da Antiguidade e da Idade Média a partir de aspectos socioculturais, o que parece ter dado uma característica mais conteudista às subáreas (LIMA, 2019, p. 10-14). Ainda assim, essas subáreas, já muito bem consolidadas no país, foram impactadas de maneira profunda.

Procurando analisar quais lições deveriam ser retiradas dessa experiência, Igor Salomão Teixeira e Nilton Mullet Pereira (2016, p. 20) argumentaram que os medievalistas deveriam

[...] tomar a crítica aos textos da BNCC, considerando a importância que teve a versão preliminar, porque é significativa para o estudo dos temas medievais na sala de aula, a quebra importante levada a efeito pelo documento em relação a uma história quadripartite, que tem como referência a Revolução Francesa e, ao mesmo tempo, o tanto de medievalidade que se encontrou na segunda versão da Base. Pretendemos salientar a defesa realizada pela ABREM, que considera o estudo de um passado como a Idade Média em função do encantamento que desperta nos estudantes, pelas relações de pertencimentos que permite estabelecer entre esse passado e a realidade dos alunos ou mesmo pelos motivos da criação de uma cultura política. No entanto, pretendemos, também, ampliar essa tripla leitura que a Associação utiliza para defender a Idade Média nos currículos escolares. A proposta é pensar sobre processos de estranhamento necessários tanto à aprendizagem história dos estudantes, quanto à formação política das novas gerações.

Neste sentido, os autores concluem que os estudiosos do Medieval deveriam repensar suas pesquisas, aproximando-as das discussões pós-coloniais, dos estudos africanos, das heranças medievais no Brasil, dentre outros aspectos (Teixeira; Pereira, 2016, p. 24)^{viii}. Em resumo, Teixeira e Pereira assumiram a posição de que os Estudos Medievais estão em posição frágil, sobretudo, com a ascensão da perspectiva de ataques às epistemologias do Norte Global e isso acendeu o sinal de alerta de vários medievalistas.

Néri de Barros Almeida (2017, p. 96-111), por sua vez, diagnosticou que a saída para os Estudos Medievais seria a diversificação das publicações, não centrando mais no público especializado; que os estudos sobre Idade Média deveriam ter um alcance social mais significativo; os medievalistas tinham que tornar toda a bacia do Mediterrâneo uma representação da Idade Média; e, por último, que estes

pesquisadores precisariam se ocupar de “[...] questões que inquietam as pessoas de hoje”. Na mesma direção, Nadia R. Altschul e Lukas Gabriel Grzybowski (2020) analisaram como o medievalismo opera no Brasil, que é um país do Sul Global e, portanto, despossuído de uma “Idade Média” própria.

Para os autores, em contextos como o brasileiro, dever-se-ia utilizar dos Estudos Medievais para analisar como a Idade Média é representada. Tomando como ponto de ebulição as conexões dos dragões com a Idade Média, Altschul e Grzybowski demonstram como os elementos associados ao medievalismo se alteram com o tempo e em lugares específicos. Assim, seria propício escapar da Idade Média histórica e separar os estudos medievais do Norte e do Sul da linha do Equador, que, atualmente, são os mesmos, segundo as críticas feitas pelo francês Joseph Morsel. Nesse caso, a solução seria dos estudos medievais brasileiros se ancorarem mais no medievalismo e não na Idade Média histórica propriamente dita.

Por último, gostaria de apresentar as elucubrações feitas por Marcelo Santiago Berriel (2020), as quais orbitam dois pontos básicos: 1 – uma aproximação dos estudos do medievalismo brasileiro com os da tradição anglófona; e 2 – que estes deveriam adotar uma postura mais propínqua aos estudos decoloniais, sobretudo do seu perspectivismo. Nesse encaminhamento, o autor afirma que o medievalismo anglófono assume como possíveis as noções de apropriações e ressignificações, diferente do francófono que trilha pelas continuidades ou heranças medievais, o que, “Em suma, o *medievalism* pode inspirar os medievalistas brasileiros em sua busca pelo seu próprio medievalismo” (Berriel, 2020, p. 74-75).

Em relação ao uso dos estudos decoloniais, o seu aporte teórico é possível de ser introduzido em diferentes contextos sociais, sendo o seu uso bem-sucedido nas “sociedades asiáticas quanto para as africanas ou latino-americanas”. Neste sentido, ter-se-ia inovações no medievalismo brasileiro, pois o decolonial produziria condições para tal, o que tornaria a Idade Média menos eurocêntrica (Berriel, 2020, p. 75-80).

Com essa última exposição, posso concluir essa parte do artigo da seguinte forma: além do crescimento da História da África em relação aos Estudos Medievais, o fato de que as discussões feitas na BNCC terem, de início, retirado a Antiguidade Clássica e a Idade Média, além de contestar a divisão quadripartite em busca de tornar a História menos eurocêntrica e mais pós-colonial, fez com que os medievalistas brasileiros repensassem as pesquisas de sua subárea. No entanto, em uma conjuntura em que fincar os estudos em África é potencialmente benéfico, fica fácil de admitir que muitos medievalistas procuraram analisar direta ou indiretamente o continente africano, entretanto, produzindo anacronismos, estereótipos e eurocentrismos. E essa é a discussão que começaremos a enfrentar a partir de agora.

4. Os historiadores da antiguidade e medievalistas descobrem a África: decolonizar e afrocentrar a si ao preço de colonizar o outro

Os diferentes grupos, em sua diversidade, que constituem o Movimento Negro brasileiro, têm comprovado o quanto é dura a experiência dos negros de ter julgados negativamente seu comportamento, ideias e intenções antes mesmo de abrirem a boca ou tomarem qualquer iniciativa. Têm, eles, insistido no quanto é alienante a experiência de fingir ser o que não é para ser reconhecido, de quão dolorosa pode ser a experiência de deixar-se assimilar por uma visão de mundo que pretende impor-se como superior e, por isso, universal e que os obriga a negarem a tradição do seu povo (Brasil, 2004, p.5).

O trecho acima, retirado do Parecer CNE/CP3 de 2004, questiona não apenas o racismo em si, mas o combate à superioridade e ao universalismo. Esses aspectos aparecem de forma naturalizadas e invisíveis, mas, não raro, com o poder de nomear e classificar os de “fora”, que, normalmente, recaem sobre os pontos das nomeações geográficas e o entendimento sobre o tempo histórico do continente africano. Sempre que me deparo com essas reflexões, automaticamente me lembro do prefácio feito pelo moçambicano Mia Couto da obra de Leila Hernandez (2008, p. 11), “A África na sala de aula”:

Recordo o episódio porque me parece que ele toca uma questão central: quando se fala de África, de que África estamos falando? Terá o continente africano uma essência facilmente capturável? Haverá uma substância exótica que os caçadores de identidades possam recolher como sendo a alma africana? [...]. A África vive uma tripla condição restritiva: prisioneira de um passado inventado por outros, amarrada a um presente imposto pelo exterior e, ainda, refém de metas construídas por instituições internacionais que comandam a economia. A esses mal-entendidos somou-se uma outra armadilha: a assimilação da identidade por razões de raça. Alguns africanos morderam a isca. A afirmação afrocentrista sofre, afinal, do mesmo erro básico do racismo branco: acreditar que os africanos são uma coisa simples, uma categoria uniforme, capaz de ser reduzida a uma cor de pele.

As elucubrações de Mia Couto nos remetem ao estudo feito por outro “africano”: Valentin Yves Mudimbe (2019, p. 224), o qual afirma que a África só existe na imaginação do outro; e critica a ideia de “coletivização” e “democratização” da razão histórica sobre o continente africano, criando idealismos dos defensores da alteridade. O peso disso é que se renovou as ideologias residuais, através de uma pseudo-ortodoxia científica, em que “A sua melhor ilustração, e talvez excessiva, é a africanização do difusionismo renovado por Cheikh Anta Diop”.

Assim, houve três iniciativas para reestruturar a História da África: 1 – A expansão da Biblioteca Colonial com as contribuições islâmicas, ou seja, através de visões extravertidas; 2 – a constituição de textos ditos tradicionais “africanos” a partir da teoria do difusionismo de Frobenius, que Diop se apropriou; e 3 – “uma renovação crítica da autoridade antropológica”, que se constituiu em outros problemas como a falsa ideia da existência totalizante do *Ntu*.

O panafricanismo difusionista de Diop, se assim posso escrever, levou Kwame Anthony Appiah (1997, p. 55-75) a refletir sobre as teses de William Edward Burghardt Du Bois, outro panafricanista, cujos escritos orbitavam as análises das características “mais grosseiras” do indivíduo (o fenótipo), fomentando uma história comum entre povos distintos apenas por serem da mesma “raça”. Com isso, haveria um sentimento de solidariedade e uma consciência comum que a “raça” proporcionaria. Ao final, argumenta Appiah (1997, p. 72): “Du Bois escreve como se tivesse que escolher entre a África, de um lado, e ‘a Ásia amarela e [...] os Mares do Sul’, de outro. Mas essa, ao que me parece, é justamente a escolha que o racismo nos impõe, justamente a escolha que devemos rejeitar”.

A crítica de Appiah vai ao encontro dos ideais do Pan-africanismo em vários níveis, mas o principal deles, penso eu, seria o de colocar os africanos como diferentes dos demais povos de outros continentes e iguais entre si, e não admitir as inúmeras miscigenações feitas no decorrer dos séculos, seja no Egito, Axum e outras regiões com povos de alhures no globo, i.e., de outras “raças”. Além disso, o “africano” teria características únicas, próprias dele e de sua “raça”, o que recaí naquilo que foi denominado e criticado por Achille Mbembe (2001, p. 184-191) como a “Metafísica da Diferença”, que reivindica uma tradição e a utopia de uma africanidade, equivalente à negritude.

No que concerne à especificidade cultural dos “africanos”, Mbembe diz que o panafricanismo de Diop lançou-se atrás dos “antigos Impérios Africanos” e do Egito faraônico na busca por relíquias

perdas capazes de demonstrar essa africanidade, ou a “irmandade” das culturas africanas, que, apesar de romântico, ao final, mostrou-se pouco histórica.

A bem da verdade, o próprio nome África é por si só uma referência ao imperialismo e a injúria racial ou ao racismo. Mogobe Ramose argumenta que o termo África envolve muito mais do que uma questão etimológica, mas a interação histórica assimétrica entre os seres humanos. De acordo com a Enciclopédia Britânica, o significado histórico seria

Na antiguidade, diz-se que os gregos chamavam o continente de Líbia e os romanos de África, talvez do latim *aprica* (ensolarado), ou do grego *aphrike* (sem frio). O nome África, entretanto, era aplicado principalmente à costa norte do continente, que era de fato considerada uma extensão sul da Europa. Os romanos, que durante algum tempo governaram a costa norte da África, também teriam chamado a área ao sul de seus assentamentos de *Afriga*, ou Terra dos *afrigs* - o nome de uma comunidade berbere ao sul de Cartago. Outra explicação ocasionalmente oferecida é que o nome se aplicava a uma região produtiva do que hoje é a Tunísia e significava Espigas de Milho. A palavra *Ifriqiyah* é aparentemente a transliteração árabe de África (Ramose, 2003, p. 114).

A constatação que Ramose (2003, p. 115-118) chega é a de que o termo se referia a costa ao norte do continente apenas, que era a área de interação com os gregos e os romanos no Mar Mediterrâneo. Mais tarde, referiu-se à conquista romana da região, não sendo um termo feito ou utilizado pelos povos “indígenas”, isto é, era uma denominação que se refere mais a experiência histórica da Europa Ocidental do que algo que identifique os “africanos”. Posteriormente, com a expansão marítima e com a colonização, a palavra África passa a abrigar todos os povos do continente. Com as independências, essa designação não apenas ganha sentidos múltiplos, como também, não encontra identificação entre os povos do continente.

Jonathan O. Chimakonam e Uti O. Egbai (2021, p. 6-10) partindo das reflexões de Ramose, avançam na condenação do termo África. Para os autores, as motivações dos europeus em nomearem o continente de África pode ser dividido em três estágios históricos: 1 – o uso de “*Aethiops*” (Etiópia), encontrado nas fontes homéricas e outras gregas, que se referia à porção oriental do continente e, posteriormente, para todas as pessoas ao sul do Saara, em que “*Aethiops*” significava “rosto queimado pelo sol”, o que, segundo Chimakonam e Egbai, seria uma espécie de insulto racial grego para com as pessoas do continente; 2 - o segundo é aquele visto com Ramose, em que África deriva de *Aphrike* do grego, exprimindo “sem frio”, transformando-se em *Aprica* em latim, cujo significado era “ensolarado”.

Ambas as fontes se referem respectivamente as histórias da Grécia e de Roma na África, expressando suas impressões sobre o clima do litoral. Contudo, não remetem aos seus habitantes como no primeiro caso. Isso indica que o continente seria um lugar sem povos e sem civilizações, o que transmite a noção de região a ser conquistada; e 3 – o uso de África durante o comércio Atlântico que revelaria povos negros em uma região de forte calor, que pouco a pouco vai na direção de subordinação epistêmica de seus habitantes e culturas no período do Imperialismo. Mais adiante, os autores não apenas condenam o uso de África, como também negro, sugerindo que o nome do continente poderia ser “*Anaesia*”, palavra igbo, que significa “terra de origem” (Chimakonam; Egbai, 2021, p. 10-11).

Com essa discussão feita, partimos para analisar o tempo histórico em África e a divisão quadripartite, que também nos parece estar dentro de um colonialismo epistêmico, mas que os autores não se dão conta disso. Como já discuti no início do artigo, a periodização quadripartite é uma imposição colonial eurocêntrica, dispensando análises mais pormenorizadas, cabendo apenas as indicações de alguns outros autores: Barros (2013), Pomian (1993) e Oliveira; Miranda (2014), dentre outros. Além disso, os estudos decoloniais e o afrocêntrismo demandam pesquisas em que se privilegiem as fontes,

os saberes e os conhecimentos do Sul Global, também já demonstrado de forma rápida nesse trabalho, cabendo aqui apenas uma observação sobre as noções de tempo.

Segundo Boaventura de Souza Santos (2019, p. 45), o tempo linear é uma forma de controle exercido pelo colonialismo em termos de poder, de conhecimento e do ser, de modo que, por dedução, posso acrescentar a crítica ao tempo único e a divisão quadripartite do tempo histórico feita pela historiografia francesa.

Na verdade, pensadores africanos já questionaram isso. Achille Mbembe (2015, p. 378-379) escreveu a esse respeito:

A hipótese central que guia os textos que seguem é que a legalidade própria das sociedades africanas, suas próprias razões de ser e sua ligação com nada que não sejam elas mesmas se enraízam em uma multiplicidade de tempos, de ritmos e de racionalidades que, ainda que particulares e, às vezes, locais, não podem ser pensadas fora de um mundo que, por assim dizer, se dilatou. De um estrito ponto de vista de método, isso significa que, pelo menos a partir do século XV, não há mais “historicidade própria” dessas sociedades que não esteja embutida nesses outros tempos e ritmos que condicionaram largamente a dominação europeia.

O autor explica que antes do século XV ser impossível pensar a África em uma história única, de tempo universal, pois isso retira a historicidade própria das sociedades africanas e suas diversidades temporais desafiando a “multiplicidade de mundos e das formas de vidas. Além disso, o reconhecimento de saberes distintos do saber dito científico (caso dos saberes narrativos); a pluralidade das formas de invenção da diferença e do universal; e a redefinição das ligações entre objetividade e representação” são os caminhos a serem seguidos para se compreender os povos da África em momentos tão afastados no tempo e no espaço (Mbembe, 2015, p. 384). Assim, inserir a África em um “tempo único” e europeu antes do Quinhentos é algo extremamente anacrônico.

No mesmo esteio, Elikia M'Bokolo aponta três aspectos para acabar com as estereotípias e para se repensar as noções do conhecimento sobre o continente de dentro e de fora da África: as noções de geografia, temporalidade e as questões sociais. Em relação ao segundo pontos, que me é caro nesse artigo, afirma o autor: “A história da África tem sua própria duração e não se resume aos períodos de colonialismo. Deve-se pensar todo o contexto para conhecermos o passado, entendermos o presente e pensarmos novas afirmativas para melhorar o futuro”^{ix}. Novamente e, assim como Mbembe, o autor chama atenção para múltiplos tempos das sociedades africanas em um passado tão distante.

No Brasil, essa questão também não passou despercebida e alguns autores escreveram sobre a imposição do tempo histórico eurocêntrico na África. Muryatan Santana Barbosa (2018, p. 413-418) informa que a coleção da História Geral da África produzida pela Unesco foi pensada escapando da periodização eurocêntrica, centrando-se na regional, que é mais condizente com as especificidades próprias dos povos. Ivaldo Marciano de França Lima (2023, p. 10-11) afirmou que os povos africanos deveriam ser analisados por suas próprias periodizações e repertórios conceituais, que considerem seus espaços e visões de mundo, rejeitando assim, o quadripartismo.

Guilherme Oliveira Lemos (2015, p. 160) demonstra como a antropologia do século XIX analisa os africanos inserindo em um tempo universal, mas acusando o seu atraso civilizacional e evolucionista. Lucas Engel Sacht (2022, p. 86) retrata que acreditar na utilização das Eras quadripartites europeias seria o mesmo que imaginar que os povos africanos não tinham tempos seus ou que o designativo de tempo tenha chegado à África apenas com a colonização.

Com essas explicações partiremos para alguns estudos sobre Antiga e Medieval que analisaram a “África” e aqui as aspas não se deve ao problema de o termo África ser questionável como citei, mas a

da generalização, em que os autores pesquisam um povo e vulgarizam isso sob a denominação “África” ou agrupam os povos do continente africano em macro grupos. Gustavo Andrade Durão (2018), utilizando do trabalho de Jack Goody e de um viés afrocêntrico, descreve que as noções temporais de antiguidade, feudalismo e capitalismo não atingiram a maior parte dos povos africanos e asiáticos, com especial atenção para a Idade Média que seria incompatível com a África. No entanto, a partir das leituras do panafricanista Diop e Bernal, afrocêntrica, aceita a argumentação de que a África contribuiu para a história universal e, em especial, para a antiguidade. Sem perceber, faz uma análise centrada em um Egito antigo, que chama de negro africano, colocando-o em uma suposta antiguidade.

Diante disso, fazemos algumas perguntas: Kemet (o antigo Egito) era africano de fato? Todas as sociedades africanas viviam na mesma antiguidade de Kemet? Todo o continente, ou apenas Kemet, tinha esse sentimento de ser africano? A Antiguidade Clássica abarcava, além do Egito, todo o continente? Não seria melhor utilizar outras periodizações para o restante da África? Kemet era negra?

Obviamente, o autor não faz uma crítica da maneira esperada o que Diop escreveu sobre sua Unidade africana. Na verdade, toma-a como natural, afirmando que o fato de Kemet ter influenciado a Grécia ser o mesmo que esse ter sofrido um influxo de saberes de todo o continente, o que transforma a Grécia numa pequena África na Europa. Aliás, a Grécia seria mais africana que o próprio Kemet. Acrescentamos ainda, que chamar o antigo Egito de negro é desconsiderar os estudos recentes sobre a genética, que afirmam que Kemet desse período era miscigenada, ganhando uma tez mais escura no decorrer dos séculos com o tráfico transaariano (Schuenemann *et al.*, 2017, p. 4).

A questão de uma África Antiga apontada acima, aparece em outros estudos. Gilberto da Silva Francisco (2024, p. 57) escreveu que a África antiga é pouco pensada através de suas conexões mediterrânicas, excluindo casos isolados de pesquisadores no Brasil. Assim, “[...], observando os recentes debates teóricos tais como o da História Global, Decolonialidade e as novas tendências no campo da História Antiga – a crítica aos conceitos de “helenização” e “romanização” por exemplo –, partimos, do pressuposto de que esse mundo antigo – especificamente, as experiências grega e romana – era afroeurasiático e multiétnico”.

Adiante, Diop aparece no texto de Francisco (2024, p. 65), que reconhece suas ligações com o panafricanismo e com a historiografia francesa, afirmando que a civilização que deu início à Antiguidade foi a egípcia e não a grega ou a romana; o Egito era negro e africano, “[...] o que conflitava com o mal-estar de vários pesquisadores europeus desde o século XIX, que identificaram com relutância representações da negritude na experiência egípcia antiga”. Por último, o Egito era o difusor da africanidade e, por isso, “os povos do continente africano eram herdeiros diretos dos egípcios negros”. Francisco (2024, p. 66) termina fazendo quase que uma dedicação à Diop, que concordarmos ser muito merecida:

Apresentar a complexidade e amplitude desse debate, além de sua influência em variadas releituras da História Antiga, é tarefa que não caberia neste texto, mas é importante notar que, apesar da força que ele vem ganhando desde a década de 1980, e dos vários nomes associados a ele como Théophile Obenga, Molefi Kete Asante, Martin Bernal, Abdias do Nascimento, entre muitos outros, Diop é, sem dúvida, o nome mais influente e, nesse sentido, apresentar a sua proposta é uma estratégia de sintetizar ideias anteriores a ele e boa parte do debate afrocêntrico ainda hoje existente.

Depois disso, escreve sobre a tese de Martin Bernal e o *Stolen Legacy*, que pensamos ser corretíssima em relação ao nascimento da filosofia grega ser Kemet. Porém, o autor faz com que o

“Legado Roubado” seja africano e não apenas de Kemet. Como escreveu Rodrigo Castro Rezende (2024, p. 167-168):

O ponto contraditório aqui, esconde-se na sofisticação do argumento e, ao mesmo tempo, no seu “malabarismo retórico”. Por um lado, o que nos parece ser provável e correto, Bernal nos informa a influência do pensamento egípcio sobre o grego antigo. Logo, enfraquece a tese da precedência ou da superioridade grega, e, por extensão a Ocidental, enquanto berço da humanidade, como fizeram os racistas do “Stolen Legacy” – legado roubado. Contudo e em outra direção, o autor reforça a noção de raça, enquanto balizador cultural, naturalizando-a para a antiguidade clássica, e, pior, exacerba as diferenças entre o “nós” e o “outros”, ao dar tanta credibilidade aos escritos de Heródoto de que os egípcios seriam negros.

Os dois autores utilizados, Durão e Francisco, têm problemas elementares. Homogenizam a África e a chamam de Antiga. Ambos tratam da África do litoral mediterrânico ou de alguns povos, como os Núbios, que eram quase que uma extensão de Kemet, denominando essa área de “afro”, utilizando as teses de Diop e de Bernal. Além disso, naturalizam a Antiguidade, periodização criada no período moderno e pelos europeus, e colocam um continente com quase 2000 povos na mesma e singular Era, não admitindo que o tempo possa ser múltiplo. Para arrematar, desenvolvem reflexões pelos vieses afrocêntricos e decolonias, mantendo a estrutura de pensamento colonial e eurocêntrica: o Egito antigo era africano e a noção de raça negra.

Um estudo que vai na contramão dos anteriores é o de Eduardo Cardoso Daflon sobre o cristianismo de Axum. Malgrado denomine Axum de Reino, considerou:

Existe um debate sobre como seria a melhor forma de se referir ao contexto africano anterior ao século XVI com muitos termos sendo empregados pela historiografia especializada: “pré-moderna”, “pré-colonial”, “antiga”, “medieval”, etc. Sem ignorar a existência desse debate utilizo aqui um termo genérico “passados distantes” para explicitar que uma discussão sobre a periodização do continente precisa ser mais bem refletida se desejarmos ampliar o foco comparativo e o diálogo da Historiografia sobre a África com outros espaços coetâneos. [...]. Além disso, em linhas gerais, opere com as cronologias estabelecidas pela historiografia especificamente para o caso aqui estudado – “pré-axumita”, “axumita” e “pós-axumita”, por exemplo – como forma de evitar anacronismo e ou eurocentrismos fruto da aplicação de uma terminologia pouco refinada para uma análise global (Daflon, 2023, p. 5; Nota 1).

Poderia até discutir a ideia de “passados distantes” ser uma generalização que não indica muita coisa e é do mesmo modo generalista, mas queremos destacar que o autor refletiu sobre uma temporalidade própria de Axum, não o inseriu em uma periodização europeia e, mais do que isso, estabeleceu indiretamente a possibilidade de se fazer trabalhos comparativos entre os povos da África com outras regiões utilizando múltiplos períodos e cronologias.

O último estudo que vou apresentar é o de Otávio Luiz Vieira Pinto (2021). Iniciaremos pela conclusão do autor e, então, partirei para a construção de seu argumento.

Desta forma, podemos dizer que há, sim, o Medieval ao Sul do equador, mas este *Medieval* não é aquele dos reinos europeus, tampouco é marca de barbarismo ou atraso. A ascensão de “Impérios Africanos” marca o tempo da própria África, de uma Era de Ouro onde práticas políticas ganham forma e gramáticas de poder se definem. Talvez não seja epistemologicamente prudente chamar esta África, do Mali e do Zimbábue, de *Medieval*, mas também não é prudente esquecer que estes potentados são parte integral e fundamental da História da *Afroeurásia* (Pinto, 2021, p. 116).

A exposição retórica do autor, que utiliza dos estudos decoloniais e da História Global, é que há uma gramática de poder africana baseada no ouro, trabalhando com o “Império do Mali” e o Grande Zimbabwe (século XIV), a partir de fontes extravertidas (Manuscrito Espanhol 30, de Creques Abraão), havendo uma generalização para todo o continente. Além disso, o autor afirma que essa gramática do poder é africana em função da existência dos grupos linguísticos de origens “proto nígero-congolês”, dos bantu e dos mandês, fomentarem ancestralidades comuns e, portanto, estruturas políticas idênticas ou próximas entre todas as sociedades bantus e todas as mandês, pelo simples fato de pertencerem a esses grupos. “Desta forma, propor uma História Comparada a partir do binômio bantu/mandê (isto é, Zimbabwe/Mali) torna palpável a possibilidade de se narrar uma ‘Idade Média Africana’” (Pinto, 2021, p. 99-100).

Essas afirmações são, no mínimo, discutíveis. Em primeiro lugar, a fonte utilizada é uma narração e interpretação feitas por indivíduos com categorias mentais díspares dos povos narrados, logo, é possível que a ênfase no ouro seja mais um aspecto a ser constatado na visão de mundo maiorquina e Ibérico, de onde vem Creques Abraão, do que a dos povos africanos; segundo a homogeneidade dos povos por pertencerem a um único grupo linguístico é muito problemática. Basta cotejar a Unidade Política do Mali com sua antiga tributária, Kaabu, e constatar diferenças nas estruturas políticas visíveis (Lopes, 2005), e as dos “bantu” Luba e Lunda, cujos cultos aos ancestrais eram distintos na maior parte de suas histórias (M’Bokolo, 2011, p. 559); e, por último, afirmar que havia um “Medieval ao Sul do Equador”, ainda que distinto do europeu, é universalizar e aceitar a divisão quadripartite da historiografia francesa de forma indireta. Como escreveu, José Rivair Macedo (2021, p. 27-28),

[...] a habitual atribuição do enquadramento cronológico da “Idade Média” europeia às sociedades africanas anteriores ao século XVI, [...], indo além da imputação do já surrado rótulo do eurocentrismo, [...] revela-se incapaz de dar conta das especificidades dos processos e fenômenos originados além do Deserto do Saara.

Desse modo, quando observamos os estudos de Durão e Francisco, temos um claro apego às “Filosofias Nacionalistas” (Pan-africanismo), ao passo que no de Pinto, tem-se a Etnofilosofia em sua essência, assemelhando-se ao que Tempels escreveu sobre a “Filosofia Banta” ou do *ntu* de Kagame, igualmente “Bantu”, tão bem criticado por Mudimbe (2019, p. 241-255).

5. Considerações finais

Encerramos o presente artigo oferecendo como considerações finais a seguinte reflexão: a África tem se tornado uma espécie de ponto de apoio para que estudiosos, que usam o decolonial, possam pesquisar as suas áreas dentro da perspectiva do que a atual visão política pontua. Com isso, acabam por deformar os Estudos Africanos e a reboque homogenizam as características culturais, políticas e sociais dos quase 2000 povos do continente africano.

O fato das discussões sobre a BNCC de 2015-2017 terem quase que acabado com os conteúdos de Antiga e Medieval fizeram com que os pesquisadores dessas subáreas da História repensassem seus campos, partindo para as análises decoloniais, que, no contexto brasileiro de destacar a cultura afro-brasileira e africana, e pelas proximidades geográficas entre a Europa e África, tornou possível que as análises sobre os trânsitos culturais entre os dois continentes entrassem nos radares desses autores. Contudo, os estudiosos partiram do uso de Diop, Bernal e outros, centrados nas análises panafricanista,

homogenizadora e, até mesmo, etnofilosófica da África. Além disso, tomam a periodização histórica feita pela Europa algo universal e colocam a África sob este prisma. Na verdade, faltam calibrar melhor esses estudos, pois ao decolonizarem essas subáreas, acabam por deformar os Estudos Africanos, em um processo colonizador, mesmo que não tenham consciência disso.

Contudo, esse problema não é causado pelos estudiosos das subáreas citadas em si, mas da demanda do cenário atual, cujas discussões sobre a BNCC de 2017 é o seu maior expoente. Na verdade, é um absurdo retirar os Estudos sobre a Antiguidade Clássica e Medieval do Ensino Básico e Fundamental, pois devemos entender a “História dos Vencedores”, já que em última instância, só há “Vencidos” se alguém se impôs sobre estes últimos.

O efeito colateral disso é que essa “invasão” sobre a África acaba por impactar negativamente os Estudos Africanos. Analisar a África por lentes generalistas e generalizantes, que entende a porção do continente ligada ao mediterrâneo em prol de um sistema euroafroasiático apenas transformam o continente, em termos narrativos, naquilo que o Imperialismo fez com a Europa: o lugar emanador de conhecimento e saberes válidos e difusionistas, além de destruir uma das maiores riquezas dos povos do continente africano: sua multiplicidade cultural, cosmogônica, social etc. Mais do que isso, é preciso entender que os povos africanos mantiveram trocas com as pessoas de outros continentes, que tinham culturas bem distintas, não? O que eles têm construído é a inversão radical de valores. O trânsito de saberes, técnicas e conhecimentos é de mão dupla e não há um centro emanador único, seja a Europa ou a África.

Referências

ALMEIDA, Néri de Barros. Um destino em crise: a inserção social e institucional dos estudos de História Medieval. **Revista Chilena de Estudios Medievales**, n. 11, p. 92-114, jan./jun. 2017.

ALTSCHUL, Nadia R.; GRZYBOWSKI, Lukas Gabriel. Em busca dos dragões: a Idade Média no Brasil. **Antíteses**, Londrina, v. 13, n. 25, p. 24-35, jan./jun. 2020.

APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ASANTE, Molefi Kete. **The Afrocentric idea**. Philadelphia: Temple University Press, 1998.

BARBOSA, Muryatan Santana. A perspectiva africana na História Geral da África (Unesco). **Tempo**, Niterói, v. 24, n. 3, p. 400-421, 2018.

BARROS, José D'Assunção. **O tempo dos historiadores**. Petrópolis: Vozes, 2013.

BASTOS, Mário Jorge da Motta. Quatro décadas de História Medieval no Brasil: contribuições à sua crítica. **Diálogos**, Maringá, v. 20, n. 3, p. 2-15, 2016.

BERNAL, Martin. *Black Athena: the Afroasiatic roots of classical civilization*. New Jersey: Rutgers University Press, 1987. v. I: **The fabrication of Ancient Greece 1785-1985**.

BERRIEL, Marcelo Santiago. Pour un autre moyen âge au Brésil: a perspectiva decolonial na busca de uma episteme para a compreensão dos medievalismos brasileiros. **Antíteses**, Londrina, v. 13, n. 26, p. 68-96, jul./dez. 2020.

BIRRO, Renan Marques. A Idade Média brasileira? Colonialismos e medievalismos historiográficos (c. 1900-1940). **Antíteses**, Londrina, v. 13, n. 26, p. 36-67, jul./dez. 2020.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação**. Conselho Pleno. Parecer CNE/CP nº 3/2004. Brasília, DF, 2004. p. 5. Disponível em: https://prograd.ufu.br/sites/prograd.ufu.br/files/media/documento/3.4_-_dcn_-_rel_et_rac_-_parecer_cne-cp_03-2004.pdf. Acesso em: 17 out. 2024.

CHESNEAUX, Jean. **Devemos fazer tábula rasa do passado? Sobre a história e os historiadores**. São Paulo: Ática, 1995.

CHIMAKONAM, Jonathan O.; EGBAI, Uti O. Is 'Africa' a racial slur and should the continent be renamed? *African Identities*, p. 1-14, 2021.

DAFLON, Eduardo Oliveira. **Outra ascensão do Cristianismo: o processo de cristianização do Reino de Axum (séculos IV-VIII)**. 2023. Monografia (História da África e da Diáspora Atlântica) – Universidade Santa Úrsula, Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos, Rio de Janeiro, 2023.

DURÃO, Gustavo de Andrade. Por uma história antiga da África: afrocentrismo e as novas perspectivas de narrar a história. In: BUENO, André; DURÃO, Gustavo (orgs.). **Novos olhares para os antigos: visões da antiguidade do mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Edição Sobre Ontens, 2018. p. 265-322.

FERREIRA, Roquinaldo Amaral. A institucionalização dos estudos africanos nos Estados Unidos: advento, consolidação e transformações. **Revista Brasileira de História**, v. 30, n. 59, p. 73-90, 2010.

FRANCISCO, Gilberto da Silva. A África e os mundos grego e romano – a fuga dos “centrismos” e a busca de uma perspectiva afrorreferenciada. In: MORENO, Helena Wakim (org.). **História da África nas universidades públicas do estado de São Paulo: ensino, abordagens e memória (2003-2023)**. Marília: Lutas Anticapital, 2024.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2018.

HERNANDEZ, Leila. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2008.

LE MOS, Guilherme Oliveira. A África na historiografia e na história da antropologia: reflexões sobre “natureza africana” e propostas epistemológicas. **Temáticas**, Campinas, v. 23, n. 45/46, p. 155-182, fev./dez. 2015.

LIMA, Douglas Mota Xavier de. Uma história contestada: a História Medieval na Base Nacional Comum Curricular (2015-2017). **Anos 90**, Porto Alegre, v. 26, p. 1-21, 2019.

LIMA, Ivaldo Marciano de França. **África, entre a representação e a coisa representada: Ruanda, 1994**. 2023. Tese (Titularidade em Educação) – Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação, Campus II, Alagoinhas, 2023.

LOPES, Carlos. Kaabu e seus vizinhos: uma leitura espacial e histórica explicativa de conflitos. **Afro-Ásia**, n. 32, p. 9-28, 2005.

MACEDO, José Rivair. **Antigas sociedades da África Negra**. São Paulo: Contexto, 2021.

MAIA, Cinthia Nolácio de Almeida. **Lei nº 10.639/2003 e suas diretrizes curriculares**: um estudo sobre concepções de identidades negras e suas implicações nos currículos de cursos de licenciaturas da UESC. 2024. Tese (Doutorado em Difusão do Conhecimento) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2024.

MBEMBE, Achille. As formas africanas de auto-inscrição. **Estudos Afro-Asiáticos**, Salvador: UFBA, ano 23, n. 1, p. 172-209, 2001.

MBEMBE, Achille. O tempo que se move. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 24, p. 369-397, 2015.

M'BOKOLO, Elikia. **África negra**: história e civilizações. Tomo II. Salvador: EDUFBA, 2011.

MIGNOLO, Walter D. La colonialidad a lo largo y a lo ancho: el hemisferio occidental en el horizonte colonial de la modernidad. In: LANDER, Edgardo (org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales (Perspectivas latinoamericanas)**. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 55-85.

MUDIMBE, Valentin Yves. **A invenção de África**: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento. Lisboa: Edições Pedagogo, 2019.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A história da África nos bancos escolares: representações e imprecisões na literatura didática. **Estudos Afro-Asiáticos**, v. 25, n. 3, p. 421-461, 2003.

OLIVEIRA, Wellington de; MIRANDA, Mônica Liz. Uma discussão sobre a periodização na História. **Tiempo y Sociedad**, n. 17, p. 7-32, 2014.

PINTO, Otávio Luiz Vieira. Há medieval ao sul do Equador? Uma gramática do poder africano entre o "Império do Mali" e o Grande Zimbabwe (século XIV). **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 93-121, 2021.

POMIAN, Krzysztof. Periodização. **Enciclopédia Einaudi**, v. 29, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993. p. 164-213.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales (Perspectivas latinoamericanas)**. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 201-246.

RAMOSE, Mogobe. I doubt, therefore African philosophy exists. **South African Journal of Philosophy**, v. 22, n. 2, p. 113-127, 2003.

Contribuição dos autores: Os autores contribuíram com a elaboração da fundamentação teórica, estrutura do artigo, pesquisa, análise, descrição dos resultados e revisão do manuscrito.

Conflito de interesse: Os autores declaram que não há conflitos de interesse.

Declaração ética: O trabalho respeitou a ética durante o desenvolvimento do estudo, não sendo necessário, porém, submetê-lo ao

Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), por se tratar de estudo que utilizou informações de domínio público.

Financiamento: Nada a declarar.

Agradecimentos: Nada a declarar.

Notas

ⁱ BNCC. 4.4.2.2. História no Ensino Fundamental – Anos Finais: unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79611-anexo-texto-bncc-aprovado-em-15-12-17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 ago. 2024.

ⁱⁱ **Bacharelado: UFES.** Disponível em:

<https://historia.ufes.br/sites/historia.ufes.br/files/field/anexo/Grade%20Curricular%20663%20-%20Bacharelado.pdf>; **UFJF.** Disponível em: https://www2.ufjf.br/historia/wp-content/uploads/sites/601/2024/09/PPCDOCURSODEHISTORIA20233_1725461046_ppc_ri-1.pdf; **UFMG.**

Disponível em: <https://www.fafich.ufmg.br/colhis/horario-e-salas-de-aula/>; **UFOP.** Disponível em: https://ichs.ufop.br/sites/default/files/ichs/files/matrizhib42017_1.pdf; **UFSJ.** Disponível em: https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/cohis/Grade%20Horaria%20Bacharelado%20atualizada%2023_06.pdf; **UFV.** Disponível em: <http://www.catalogo.ufv.br/matriz.php?campus=vicosa&complemento=BAC&curso=HIS&ano=2021>; Unirio.

Disponível em: <https://www.unirio.br/cch/escoladehistoria/graduacao/ementas>; **UFRRJ.** Disponível em: <https://cursos.ufrrj.br/grad/historia/files/2013/03/Grade-Curricular-Bacharelado.pdf>; **UFRJ.** Disponível em: <https://xn--histria-o0a.ufrj.br/images/documentos/bacharelado/Bacharelado-em-Historia-grade-curricular-30mar23.pdf>; **UFF – Niterói.** Disponível em: https://www.historia.uff.br/grad/files/2013_flux_bacharelado.pdf; **UFF – Campos.** Disponível em: <http://historiacampos.sites.uff.br/sobre/matriz-curricular/>; **Unifesp.** Disponível em: <https://cursos.siu.unifesp.br/graduacao/curso/matriz-curricular/eyJjdXJzb19pZF9jdXJzbyI6IjE1MzEiLCJjb2QiOiIzIn0=/detalhes>. Todos os links foram acessados em: 10 out. 2024. **Licenciatura: UFES.** Disponível em:

<https://historia.ufes.br/sites/historia.ufes.br/files/field/anexo/Grade%20Curricular%20661%20e%20662%20-%20Licenciatura.pdf>; **UNIFAL.** Disponível em: <https://academico.unifal-mg.edu.br/sitecurso/arquivositecurso.php?arquivoId=540>; **UFJF.** Ver acima; **UFMG.** Ver acima; **UFOP.**

Disponível em: https://ichs.ufop.br/sites/default/files/ichs/files/matrizhil42017_1.pdf; **UFSJ.** Disponível em: https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/cohis/Grade%20Horaria%20Licenciatura%20atualizada%2023_06.pdf; **UFU.** Disponível em: <https://profhistoria.inhis.ufu.br/sites/profhistoria.inhis.ufu.br/files//media/document/fichas.pdf>; **UFV.**

Disponível em: <https://www.catalogo.ufv.br/matriz.php?campus=vicosa&complemento=LIC&curso=HIS&ano=2024>; **UFTM.**

Disponível em: <https://sistemas.uftm.edu.br/integrado/?to=RTZjcGZxTGfSskFOOXRhSkpVdm5ELzBmWjZPUjNwZVNDdzA3NzFoRzcxeFREdkl2ZlIMa25YaklsN0IFMEJ3MHVWQ2ZDVjFiTIFCRXRiUy9jR1k4dDRSU3JtSlk0WUUhCUXhXdld4VlpXbFJhNitTN1ZSbm9yQVZycWJidWE2QmhDOHh3RmFPVVE4dEpuVTZrbEtVY1BvbmlF5VmlVQVHMxUmc4N2Z0ENPbVRGY3FuZDRsYloxemhQKkhKMEI5OGp1&secret=uftm>; **UFVJM.** Disponível em:

<http://www.uvjm.edu.br/prograd/projetos-pedagogicos.html>; Unirio. Ver Nota 2; **UFRRJ.** Disponível em: <https://cursos.ufrrj.br/grad/historia/files/2013/03/Grade-Curricular-Licenciatura.pdf>; **UFRJ.** Disponível em: <https://xn--histria-o0a.ufrj.br/images/documentos/Licenciatura-Plena-em-Historia-grade-curricular.pdf>; **UFF – Niterói.** Disponível em: https://www.historia.uff.br/grad/files/2013_flux_licenciatura.pdf; **UFF – Campos.** Ver acima; **Unifesp.** Disponível em: <https://cursos.siu.unifesp.br/graduacao/curso/matriz-curricular/eyJjdXJzb19pZF9jdXJzbyI6IjE1MzEiLCJjb2QiOiIzIn0=/detalhes>. Todos os links foram acessados em: 10 out. 2024.

ⁱⁱⁱ Para esta questão, está: “A sistematização dos eventos é consoante com as noções de tempo (medida e datação) e de espaço (concebido como lugar produzido pelo ser humano em sua relação com a natureza). Os eventos selecionados permitem a constituição de uma visão global da história, palco das relações entre o Brasil, a Europa, o restante da América, a África e a Ásia ao longo dos séculos. A valorização da história da África e das culturas afro-brasileira e indígena (Lei nº 10.639/200349 e Lei nº 11.645/200850) ganha realce não apenas em razão do tema da escravidão, mas, especialmente, por se levar em conta a história e os saberes produzidos por essas populações ao longo de sua duração. Ao mesmo tempo, são objetos de conhecimento os processos de inclusão/exclusão dessas populações nas recém-formadas nações do Brasil e da América ao longo dos séculos XIX e XX”. BNCC. 4.4.2.2. HISTÓRIA NO ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS: UNIDADES TEMÁTICAS, OBJETOS DE CONHECIMENTO E HABILIDADES, 2017, p. 414-415. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79611-anexo-texto-bncc-aprovado-em-15-12-17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 14 set. 2024.

^{iv} É digno de nota informar que esse período marca o surgimento dos primeiros africanistas nascidos no próprio continente, como: Cheick Anta Diop e Joseph Ki-Zerbo, cujas obras demonstraram a importância da África no mundo.

^v Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCNERER). Disponível em:

https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/diretrizes_curriculares_nacionais_para_a_educacao_das_relacoes_etnico_raciais_e_para_o_ensino_de_historia_e_cultura_afro_brasileira_e_africana.pdf. Acesso em: 17 out. 2024.

^{vi} Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCNERER), p. 31. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/diretrizes_curriculares_nacionais_para_a_educacao_das_relacoes_etnico_raciais_e_para_o_ensino_de_historia_e_cultura_afro_brasileira_e_africana.pdf. Acesso em: 17 out. 2024.

^{vii} Parecer CNE/CP3/2004. Disponível em:

https://prograd.ufu.br/sites/prograd.ufu.br/files/media/documento/3.4_-_dcn_-_rel.et.rac._-_parecer_cne-cp_03-2004.pdf. Acesso em: 17 out. 2024.

^{viii} Seria de se supor que os estudos sobre o Brasil Colônia e Imperial sob o viés das reminiscências medievais seriam mais profícuos. No entanto, existe um campo de estudos denominado de Antigo Regime nos Trópicos, cujo grupo é muito bem estabelecido com redes consolidadas. Sobre um estudo a respeito do Antigo Regime nos Trópicos, ver: Salles, 2017.

^{ix} PAIVA, Vinícius. “PRECISAMOS contar a história da gente”, aponta historiador africano. UFG, 13 set. 2017. Última Hora. Disponível em: <https://ufg.br/n/100225-precisamos-contar-a-historia-da-gente-aponta-historiador-africano>. Acesso em: 19 out. 2024.